

ABOLICIONISMO INGLÊS E FRANCÊS (1787-1833) EM PERSPECTIVA COMPARADA

Francisca Pereira Siqueira¹
Universidade de Santiago de Compostela

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar, a partir da perspectiva comparada, o processo que levou à abolição do tráfico de africanos na Inglaterra e na França. Sobretudo avaliar o papel da opinião pública inglesa e francesa nesse processo. A análise do contexto em que se deu a abolição do tráfico inglês e francês, ajuda a compreender que a dificuldade em abolí-lo, não foi um problema exclusivo da história luso-brasileira, que mesmo sob pressão do governo londrino levou 40 anos para extinguir legalmente o tráfico. Depreende-se que tanto na Inglaterra da Benevolência, como na França do Iluminismo, não foi fácil a sua supressão.

Palavras-chave: Tráfico de escravos; Inglaterra; França; Opinião Pública.

ENGLISH AND FRENCH ABOLITIONISM (1787-1833) IN A COMPARATIVE PERSPECTIVE

Abstract: This article aims to compare British and French abolitionism from its genesis and evolution, especially to evaluate the role of public opinion in this process. Although the Enlightenment and the public opinion of these two countries have not directly influenced Brazilian and Portuguese public opinion to abolish the slave trade in Africa, the analysis of the context in which the abolition of trafficking in England and France took place, helps to understand that the difficulty in abolishing it, was not an exclusive problem of Luso-Brazilian history, that even under pressure of the London government took about 40 years to extinguish legally the traffic. That is to say, both in England of Benevolence and in France of the Illuminum, their suppression was not easy.

Keywords: Slave Trade; England; France; Public Opinion.

Introdução

Durante toda primeira metade do século XIX, razões morais e religiosas, apoiadas pela opinião pública, levaram a Inglaterra e empreender uma campanha internacional de condenação ao tráfico e à escravidão. Contudo, foram necessários 20 anos de intensa pressão da opinião pública e de debates Parlamentares, tendo William Wilberforce como principal apologista e orador, para que o tráfico de escravos fosse abolido e tornasse ilegal em todos os territórios da monarquia inglesa em 1807, e outros 26 anos para que fosse abolida a escravidão. Imediatamente após a proibição do tráfico, Portugal, por dominar os territórios africanos onde era realizado o maior e mais movimentado comércio de escravos e possuir a maior colônia importadora desses escravos na América (Brasil), foi a primeira nação a ser pressionada pelo governo britânico a fazer o mesmo. No entanto, Portugal e o Brasil, depois de independente, por razões nacionais e

¹ E-mail: fpsiqueira9@gmail.com.

econômicas, resistiram tenazmente à pressão e envolveram numa disputa diplomática, com os ingleses por não executarem os acordos, os tratados e as suas próprias leis antitráfico.

Não obstante, a defesa nacionalista e econômica do tráfico e da escravidão não foi um atributo só dos portugueses e brasileiros. Na França dos direitos humanos, a escravatura que havia sido abolida em 1794 foi restaurada por Napoleão Bonaparte em 1802, e a sua abolição definitiva só se deu em 1848, depois de um longo e difícil processo sob a intensa pressão e influência dos ingleses. Mesmo tendo assinado vários acordos com a Inglaterra, meramente por questões morais, na prática foram todos desrespeitados. As relações anglo-francesas na questão do tráfico, chegaram a beira de uma guerra em 1845.

O Nacional, periódico anti-abolicionista português, para justificar a procrastinação de Portugal, utilizou como argumento o processo abolicionista britânico e francês, alegando que estes dois países não aboliram de “chofre” o tráfico e a escravidão, por levarem em consideração as fortunas dos colonos e a manutenção de suas possessões no ultramar. Para o periódico, Portugal, por estar muito longe do estado de prosperidade da Inglaterra e da França, de maneira alguma podia deixar de ser cauteloso no método de extinguir o comércio da escravatura.² Por outro lado, Lord Palmerston, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, apontou a falta de opinião pública favorável ao fim da escravatura em Portugal, como um dos maiores obstáculos para o seu fim, uma vez que sem “opinião pública” não poderia haver “moral pública”.

Assim, o presente artigo tem por objetivo comparar o abolicionismo britânico e francês a partir de sua gênese e evolução, sobretudo avaliar o papel da opinião pública nesse processo. A análise do contexto em que se deu a abolição do tráfico em Inglaterra e França, ajuda a compreender que a dificuldade em abolí-lo, não foi um problema exclusivo da história luso-brasileira, que mesmo sob forte pressão do governo londrino levou 40 anos para extinguir legalmente o tráfico. Tanto na Inglaterra da Benevolência, como na França do Iluminismo, não foi fácil a sua supressão.

² *O Nacional*, 7 de julho de 1840.

Abolicionismo inglês: da consciência moral e religiosa à ação política

O comércio britânico de escravos começou modestamente a partir de meados do século XVI, quando navios ingleses, com o apoio e investimento da rainha Elizabeth I, passaram a seguir os portugueses e espanhóis, em rotas através das Canárias e da Madeira para a costa oeste da África. Por quase um século, a incursão britânica para o comércio negreiro foi limitada devido ao monopólio das nações ibéricas, no comércio entre a África e o Novo Mundo. Durante esse período, os ingleses realizaram o tráfico no Atlântico com cerca de 2.800 escravos por ano. No entanto, uma série de tratados assinados entre Inglaterra e Espanha, após o Tratado de Utrecht (1715) que derrubou a velha ordem mundial,³ concedeu aos comerciantes ingleses o direito de participação no tráfico.

Com o estabelecimento de colônias britânicas na América do Norte e no Caribe (São Cristóvão, Barbados, Nevis, Montserrat, Antígua, Jamaica), na primeira metade do século XVII, abriu-se um novo campo de possibilidades comerciais.⁴ Na década de 1650, a demanda por escravos para produção de açúcar, café e tabaco atingiu uma intensidade sem precedentes. A fim de aproveitar plenamente esta potencial riqueza, a Grã-Bretanha tratou logo de estabelecer o controle metropolitano tanto da produção de açúcar como do tráfico de escravos, criando em 1672 a Real Companhia Africana,⁵ com sede em Londres. Assim, entre 1673 e 1689, mais de 70% dos escravos eram comercializados pela Real Companhia Africana. A maioria dos escravos originava principalmente da Costa do Barlavento

³ Em 1631, o rei Charles I concedeu o direito de negociar com a África, a um grupo de comerciantes de Londres. No ano de 1663, o rei Charles II vendeu o controle do comércio africano para a Companhia de Aventureiros Reais.

⁴ A Virgínia, no Sul da América foi colonizada em 1607, São Cristóvão em 1623, Barbados em 1625 e Jamaica em 1655, por fim, todas as ilhas do Caribe também foram colonizadas. Em 1696, foi criado o Conselho de Governo do Comércio e Plantações para administrar o crescente número de colônias ultramarinas.

⁵ Esta política de monopólio significava que os produtos comercializados na África por escravos, e os navios que os transportavam, além da venda dos escravos e dos produtos coloniais, estavam todos sob o controle desta única empresa. A tentativa de Londres em controlar o tráfico de escravos britânico através da Companhia Real Africana não foi bem aceita. Os plantadores reclamaram dos altos preços e a qualidade de escravos insuficiente. Eles acreditavam que antes de 1672, tinham um melhor fornecimento e a preços mais baixos. Comerciantes ingleses insistiam que o livre comércio resultaria na compra de mais escravos que por sua vez estimulam a produção de grandes quantidades de mercadorias inglesas. Além do mais, a Companhia dava mais preferência para o mercado espanhol. Em resposta às suas exigências, o parlamento acabou com o monopólio da Companhia Real Africana, no tráfico de escravos, em julho de 1698 (WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. Chapel Hill: The University of North Carolina, 1944. p. 31).

(atual Libéria), a Costa do Ouro (Gana) e na Costa dos Escravos (Togoland, Daomé e oeste da Nigéria).

Com a extinção da Companhia, após a Revolução Gloriosa, a abertura do comércio de escravos para o mercado livre levou a uma explosão desta atividade. Nos primeiros nove anos do livre comércio, negociantes do porto de Bristol teriam enviado 160.950 escravos para as Índias Ocidentais Britânicas. Segundo Williams,⁶ 146 navios transportando 36.000 escravos cada um, zarparam de portos britânicos, em 1760. Na segunda metade do século XVIII, a taxa anual de escravos enviados pela Grã-Bretanha para as Índias Ocidentais e América, chegou a 45.000 por ano, com Bristol, Liverpool e Londres funcionando como os mais importantes portos envolvidos no comércio de escravos da Inglaterra. Em finais de 1807, ano que se deu a abolição total do tráfico de escravos, nos domínios da Grã-Bretanha, mais de três milhões de escravos africanos haviam sido transportados por navios britânicos. A Grã-Bretanha havia se tornado líder mundial no comércio de escravos e uma potência comercial, transportado a metade de todos os africanos escravizados não só para suas próprias colônias, mas também para as de outras grandes potências como a Espanha e a França. Neste período, a Grã-Bretanha, graças à grande produção de açúcar em suas possessões nas Índias Ocidentais e seu envolvimento com o tráfico Atlântico de escravos, pode acumular grande riqueza.

Com o dinheiro das colônias derramado nos portos ingleses, as indústrias expandiram para manter o ritmo com as demandas coloniais. Assim, paralelo ao crescimento do comércio de escravos e da produção do açúcar, durante a segunda metade do século XVIII, o norte da Grã-Bretanha assistiu à ascensão de cidades industriais, sobretudo Manchester e Birmingham. A primeira desenvolveu a indústria têxtil, cuja maior parte das exportações destinava-se à África e às colônias americanas, enquanto a segunda especializou-se em metais, para suprir os traficantes com armas usadas na troca por escravos.⁷ Muitos outros produtos e serviços desenvolveram direta ou indiretamente em função do tráfico Atlântico como os bancos, companhias de seguros, construção naval, alimentos, entre outros.

⁶ WILLIAMS, Eric. Op. Cit., p. 127.

⁷ Ibidem. p. 32-33.

O primeiro-ministro britânico William Pitt, baseado num relatório encomendado ao Conselho Privado (comitê para o comércio e as plantações no estrangeiro) em 1788, com objetivo conhecer os seus efeitos e consequências do tráfico de africanos para o comércio britânico, declarou que 80% do comércio exterior britânico estava ligado ao tráfico.

Essa relação causal entre o tráfico de escravos e a acumulação de capital na Grã-Bretanha, tornou um importante tema historiográfico que periodicamente vem sendo reanalisado. Na abordagem de Karl Marx, realizada em 1867 a propósito do enriquecimento de Liverpool, o tráfico transatlântico de escravos foi considerado uma fonte de acumulação primitiva do capital necessária para a industrialização. Muitas décadas depois, esta ideia foi desenvolvida por Eric Williams, em *Capitalismo e Escravidão*.⁸ Williams defendeu a tese de que o comércio triangular havia dado “um grande estímulo para a indústria britânica”. Este processo foi rentável, não só através da compra de escravos a um preço muito baixo, como pela exploração do seu trabalho. Todo este potencial econômico permitiu a expansão comercial da Inglaterra, além do aumento do transporte marítimo e da construção naval.⁹ Na mesma linha de análise, Hugh Thomas,¹⁰ autor de *O Comércio de Escravos: A História do Comércio de Escravos*, também reconheceu o tráfico Atlântico de escravos, através do comércio triangular, como fundamental para pré-capitalismo britânico. De acordo com as estimativas de Thomas, na década de 1730, navios britânicos comercializaram 170.000 escravos para as

⁸ Ibidem.

⁹ O estudo de Williams sobre o papel da escravidão no financiamento da Revolução Industrial refutou as idéias tradicionais de progresso econômico e moral e firmemente estabelecida. Para este autor, o comércio de escravos africanos foi importante para o desenvolvimento econômico europeu. Williams também demonstrou que o capitalismo industrial maduro, ajudou a destruir o sistema escravista. Entretanto, a tese de Williams, desde a sua primeira publicação em 1944, tem sido fortemente atacada. A maior crítica é a relação empírica no que se refere ao lucro. Para Inikori (INIKORI, Joseph E. **Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development**. Cambridge: Cambridge University, 2002. p. 15), a ênfase do autor sobre os lucros, parece ter sido influenciada pela análise macroeconômica keynesiana, dominante no seu tempo, que tratava o investimento como um autônomo variável relacionado principalmente à disponibilidade de fundos invertíveis (Ibidem. p. 15). Entretanto, *Capitalismo e Escravidão* mudou a maneira que a maioria dos estudiosos via a abolição no Império Britânico. Ao contrário dos historiadores antes de Williams, os historiadores da segunda metade do século XX, apesar de nem sempre concordar com a tese de Williams, passaram a levar em conta a economia, quando se estuda o tema.

¹⁰ THOMAS, Hugh. **The slave: the story of the Atlantic slave trade, 1440-1870**. New York: Touchstone, 1999.

Américas, chegando a ultrapassar os portugueses neste comércio. Admite ainda, que no final do século XVIII, cidades como Bristol, Londres e Liverpool, sofreram grande impulso e transformação, graças ao comércio de escravos. Ressaltou a ascensão de Liverpool como uma “história notável, em que o comércio de escravos desempenhou um importante, talvez mesmo uma parte decisiva”. O historiador nigeriano Josef Inikori,¹¹ em *Africanos e a revolução industrial na Inglaterra*, analisou o papel dos africanos na Revolução Industrial inglesa, tanto no contexto do comércio internacional como no desenvolvimento econômico, e concluiu que o tráfico e a escravidão foram cruciais para a economia britânica, desenvolvendo não só nas manufaturas, mas também na navegação e finanças, no século XVIII. Para o historiador francês Pierre Boulle¹² a expansão do mercado africano, no contexto do comércio transatlântico de escravos, foi importante para o desenvolvimento de muitas indústrias emergentes na Europa. Porém, Boulle verificou que a relação entre o comércio de escravos e o surto de industrialização nas áreas do tráfico na França, foi muito mais evidente do que na Inglaterra. Em suma, para os historiadores, o grande negócio sem restrições e risco, foi uma das molas propulsoras do capitalismo ocidental.

Deixando de lado, as questões econômicas relacionadas ao comércio e à escravidão, o que importa para o presente estudo, é ressaltar o fato de que durante o apogeu do tráfico britânico, só ocasionalmente se questionaram publicamente, a moralidade de escravizar outros seres humanos. Enquanto o tráfico crescia fortemente no século XVII, as nações do norte da Europa que se reuniam para a Reforma religiosa (Holanda e Reino Unido) estavam totalmente envolvidas no tráfico triangular. No entanto, o cristianismo reformador não modificou o sistema de escravatura. Na ética protestante o sucesso das empresas comerciais era considerado uma bênção. Deveria apenas lembrar os comerciantes que se identificam como “fieis”, do seu dever moral de tratar adequadamente seus

¹¹ INIKORI, Joseph E. Op. Cit.

¹² BOULLE, Pierre. Marchandises de traite et développement industriel dans la France et l'Angleterre du XVIII siècle. **Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, “La traite des noirs par l'Atlantique. Nouvelles approches”**, t. 62, n. 226-227, p. 309-330, 1975.

escravos e catequizar.¹³ Ou seja, numa época em que a sociedade era extremamente hierarquizada, consideravam aceitável que as pessoas de classe inferior fossem escravizadas. Sobretudo os negros africanos que, de acordo com a percepção generalizada e senso comum, eram culturalmente, moralmente e intelectualmente inferiores aos brancos. Na verdade, a maioria dos britânicos estava mesmo era satisfeita com a riqueza e a prosperidade que o comércio de escravos e as colônias de açúcar levavam para a Inglaterra.

Apesar de inexpressiva, uma das primeiras manifestações contrárias ao sistema escravista de que se tem conhecimento, surgiu na América quando ela ainda era uma colônia britânica, através dos escritos do puritano Samuel Sewall (1652-1730).¹⁴ Em seu panfleto anti-escravidão, *The Selling of Joseph*,¹⁵ publicado em Boston no ano de 1700,¹⁶ Sewall cita passagens da Bíblia para condenar o comércio e prática escravista. Contudo, apesar da sua ousadia, ao oferecer provas desses males deixou escapar pensamentos segregacionistas e racistas, colocando em evidência os preconceitos da sua época.

Mesmo com os horrores do tráfico e da escravidão, a oposição ao sistema escravista, desenvolveu de forma lenta e gradual. Só a partir do segundo quartel do século XVIII, é que o sentimento de preocupação com a situação dos escravos e da moralidade do tráfico, começou a tomar forma na Inglaterra. Esta mudança de mentalidade foi motivada por reflexões complexas, tais como: as transformações econômicas e sociais trazidas pela crescente industrialização e urbanização; novas ideias sobre a utilização da mão-de-obra; as mudanças políticas e as novas

¹³ A metáfora Bíblica: “a maldição de Cam, filho de Noé condenado por seus pecados”, reforçava os preconceitos contra os africanos, que na perspectiva cristã, não possuíam religião nem quaisquer relações espirituais com o verdadeiro Deus. Na ótica puritana, os africanos vestiam roupas diferentes, suas músicas e suas danças obedeciam a ritmos invulgares e suas comidas eram exóticas. Acreditarem que os africanos possuíam uma vida selvagem incompreensível para a cultura branca. Havia também um profundo rechaço à desordem e aos impulsos pecaminosos dos escravos. Estas noções foram utilizadas para justificar a escravatura. Os africanos eram considerados uma raça inferior apenas apta para o trabalho laboral. Portanto, a moralidade da escravatura raramente era questionada.

¹⁴ Juiz e chefe de justiça do Superior Tribunal de Massachussets, mais conhecido pelo seu envolvimento no julgamento das bruxas de Salém.

¹⁵ Para Conn e Baym (CONN, Peter. **Literature in America**. Cambridge: Cambridge Up, 1989.; BAYM, Nina. (Ed). **The Norton Anthology of American Literature**. 5 ed. New York: Norton, 1998. V. 1. p. 356), o primeiro tratado abolicionista americano, realizado pelo juiz puritano Samuel Sewall é considerado uma posição isolada e diferente dos seus contemporâneos puritanos.

¹⁶ SEWALL, Samuel. **The Selling of Joseph: A Memorial**. Boston: Bartholomew Green and John Allen, 1700.

percepções de Império trazidas pelo final da Guerra da Independência que levou na década de 1777, a perda das Treze Colônias e à formação dos Estados Unidos da América.¹⁷

Por outro lado, os ideais iluministas alimentaram os debates sobre a liberdade, a reforma social e a natureza do homem. Os filósofos morais do Iluminismo britânico, como Shaftesbury (1671-1713), Francis Hutcheson (1694-1746) e David Hume (1711-1776), colocaram o valor da “benevolência” no centro do debate. Para esses pensadores, a benevolência universal era o melhor motivo moral e a ação moral aumentava o bem-estar humano, produzindo “maior felicidade”. De acordo com a “teoria benevolente da moral” de Hutcheson, a benevolência era a fonte única e direta de muitas das nossas ações, o senso moral nos leva em direção à benevolência e esta propicia a nossa felicidade. A benevolência implicava desinteresse e tinha como fim o bem dos outros. Através deste princípio, o agente recebia gratidão e complacência. Hume, avançou para uma “ciência secular da moral”, fundada na análise dos sentimentos morais e da capacidade humana de compaixão.¹⁸

A noção filosófica de “benevolência”, foi promovida pelos teólogos e logo os calvinistas adotaram essa nova ideologia.¹⁹ Jonathan Edwards, apresentou a “benevolência” como um componente-chave da “verdadeira virtude”, e os seus seguidores passaram a ver o sistema escravista como incompatível com a “benevolência”. O ativista e antiescravista britânico Granville Sharp (1735-1813), declarou que:

[...] o sistema glorioso do evangelho destrói toda a parcialidade, estreito nacional e nos torna cidadãos do mundo, obrigando-nos a professar a benevolência universal, mas especialmente nós somos obrigados, como

¹⁷ Drescher (DRESCHER, Seymour. **Abolição: Uma história da escravatura e antiescravismo**. São Paulo: UNESP, 2011.), em “Abolição: Uma história da escravatura e antiescravismo”, sugere que o aumento da agitação Novo Mundo em nome da independência nacional e da emancipação individual durante a Revolução Americana; as confusas revoluções franco-americanas da década de 1780 à década de 1820, e as revoluções latino-americanas da década de 1810 e 1820 criou uma situação em que os cidadãos europeus não podiam mais ignorar a contradição entre “livre do solo”, as políticas locais e a utilização do trabalho escravo.

¹⁸ Para análise pormenorizada da “benevolência” como principal fonte moral, no pensamento de Francis Hutcheson, ver: TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

¹⁹ DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823**. New York: Oxford University, 1999.

cristãos, a solidarizar e ajudar ao máximo de nosso poder todas as pessoas em perigo e cativo.²⁰

No campo político, Wilbforce, em seu discurso na Câmara dos Comuns, sobre as motivações para a abolição do tráfico Atlântico, pediu: *'this august eminence, let us build the temple of benevolence'*.²¹

Ao longo das últimas décadas do século XVIII, a idéia de que a escravidão era moral e economicamente errada, se espalhou na política econômica e por todas as classes sociais. Os pensadores econômicos passaram a condenar qualquer tipo de escravidão. Afirmaram que a escravidão era deficitária na medida que empregava uma enorme quantidade de capital humano, que produzia muito aquém daquele gerado por homens livres. Viam-na como parte de um sistema de monopólio e privilégio especial, onde um homem desprovido de liberdade não tinha nenhuma oportunidade de garantir a propriedade, portanto o seu interesse em trabalhar era o mínimo possível. Adam Smith, considerado o primeiro teórico do capitalismo, em seu inquérito *sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776),²² desafiou a escravidão colonial, utilizando como argumento a superioridade produtiva do trabalho livre. De acordo com Smith, o estabelecimento do comércio internacional e a abolição da escravatura aumentariam a riqueza da nação britânica numa dimensão sem precedentes. O escocês John Millar, contemporâneo de Smith, em *A origem da distinção de Ranks* (1779),²³ condenou o tráfico e a escravidão. Considerou-os como inconveniente e retrógrado. De acordo com Millar, o homem exerce melhor atividade quando trabalha em seu próprio benefício, do que quando é obrigado a trabalhar para beneficiar apenas o outro.

Contudo, a Sociedade de Amigos, conhecida por Quakers, foi o primeiro grupo organizado a questionar sistematicamente a imoralidade da escravidão, e a trabalhar para acabar com o tráfico dos africanos. No ano de 1760 o movimento Quaker Inglês, decidiu que todos os envolvidos no comércio de escravos não poderiam continuar sendo um Quaker. Inspirados pelos abolicionistas, o norte-

²⁰ SHARP, Granville. *An Essay on Slavery*. Burlington: Issac Collins, 1773. p. 22-23.

²¹ DAVIS, David Brion. *Op. Cit.*, p. 426.

²² SMITH, Adam Smith. **A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

²³ MILLAR, John. **The origin of the distinction of ranks**. Londres: J. Murray, 1779.

americano Anthony Benezet e o britânico Granville Sharp, denunciaram o tráfico em jornais influentes. Na década de 1770, as exigências para acabar com o comércio de escravos ganharam ritmo na Grã-Bretanha, com as tentativas bem-sucedidas de Granville Sharp, em garantir a libertação dos escravos negros trazidos para Inglaterra.

Estas ações em conjunto, ajudaram a sensibilizar o público para as brutalidades do comércio de escravos e a excitar o sentimento de humanidade. A partir de então, cada vez mais, os horrores do comércio de seres humanos, passaram a ser expostos à opinião pública. A atrocidade que mais sensibilizou o público, foi o caso do navio negreiro *Zong*, cujo capitão havia atirado ao mar 132 escravos vivos, durante a viagem da África para a Jamaica, a fim de reivindicar o seguro para suas mortes. A publicidade em torno do caso do seguro *Zong* de 1783, foi fundamental para influenciar a opinião pública a favor do fim do tráfico. Com base neste episódio, o abolicionista Thomas Clarkson, jovem estudante da Universidade de Cambridge, passou a compilar dados para demonstrar o horrível tratamento que escravos recebiam dos marinheiros brancos, bem como as condições precárias na travessia no Atlântico.

Em 1783 a petição dos Quakers no Parlamento para a abolição do comércio de escravos, levou a um surto de propaganda anti-escravidão. No ano de 1787, os Quakers uniram forças com Granville Sharp, Thomas Clarkson e William Wilberforce e formaram, em Londres, a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos. Os abolicionistas iniciaram a campanha nacional agindo simultaneamente no parlamento e na opinião pública. Enquanto William Wilberforce atuava como porta-voz da Sociedade no parlamento submetendo à Câmara dos Comuns, apresentando em 1789, o seu primeiro projeto de lei para abolir o comércio de escravos, Thomas Clarkson trabalhava incansavelmente para reunir provas contundentes contra o tráfico e viajava pelo país, como objetivo de mobilizar a opinião pública através de grandes comícios, palestras e criação de comitês abolicionistas nas principais aldeias e cidades. Importantes jornais britânicos apoiaram a causa publicando artigos, poemas e cartas condenando o tráfico de escravos.

A causa abolicionista britânica teve grande adesão pública devido a dois principais motivos: (i) a campanha não estava ligada a nenhum partido político, por isso contou com a participação de pessoas influentes e de diversas categorias: empresários, jornalistas, líderes religiosos, inclusive mulheres e ex-escravos. O fato de estar acima da política partidária, terminou por obter apoio de políticos conservadores e radicais. (ii) procurou não desafiar frontalmente a potente riqueza de interesse nacional, não promovendo uma campanha para a abolição da escravidão em si, ou seja, para libertar os milhares de escravos nas plantações, dirigido seus primeiros ataques apenas contra o tráfico transatlântico. Os abolicionistas entenderam que teriam mais sucesso realizando as duas tarefas (tráfico e escravidão) separadamente. Parecia mais viável tentar acabar primeiro com o tráfico, do que o correr o risco não se conseguir nada.

Contudo, o primeiro projeto de William Wilberforce foi postergado por manobras parlamentares dos oponentes e acabou não sendo aprovado. Um ano depois, apoiado por mais de quinhentas petições vindas de todo o país, Wilberforce conseguiu ter seu projeto aprovado na Câmara dos Comuns. Entretanto, o primeiro-ministro William Pitt, apesar de sua simpatia pró-abolição, alegando cautela se recusou a fazer do *bill* uma medida do Governo,²⁴ sendo portanto reprovado na Câmara dos Lordes.

Entre 1789 e 1792, ocorreu uma enorme campanha pública para pressionar o parlamento inglês. Os abolicionistas utilizaram a tática de pressão moderna, com petições, passeatas, panfletos, livros, poemas, tratados, narrativas, sermões, relatórios, cartazes, cartas aos deputados, mobilização e agitação das massas. Houve até mesmo boicotes aos bens de consumo, com a paralisação da compra do rum e do açúcar que vinham de plantações escravas do Caribe. Utilizaram a propaganda para expor de forma cômica e sarcástica, os “valiosos” artigos ou itens fabricados em Inglaterra especialmente para imobilizar os

²⁴ Segundo Herbert Klein (KLEIN, Herbert. A África na época do tráfico de escravos no Atlântico. In: DUARTE, Francisco A. M.; ROSSI, Elsie Ortega; SALES, José Tadeu de; BANKS, Mariane. (Trad. e Rev.). **O tráfico de escravos no Atlântico: novas abordagens para as Américas**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004. p. 47-73), Pitt se recusou a comprometer seu governo, porque, conforme explicou mais tarde Wilberforce, teria alienado o rei e a família real e antagonizado com um vital aliado político, Lord Dundas, proprietário na West Indian e chefe político escocês. Se Pitt desafiasse o rei, o rei poderia realizar uma eleição e Pitt não poderia ganhar sem o dinheiro e a influência de Dundas e outros membros do lobby colonial.

africanos, como pesos, correntes, algemas de mão e pé, entre outros, que não tinham nenhuma utilidade para o povo britânico a não ser para o tráfico de escravos. A campanha anti-tráfico, também foi uma das primeiras a adotar um símbolo ou logotipo encomendado em 1788, por Josiah Wedgwood, um fabricante de cerâmica de alta qualidade. Era a imagem de um escravo algemado e de joelhos implorando ao seu captor: *Eu não sou um homem e um irmão?* O símbolo foi reproduzido em cerâmicas, medalhões, caixas de rapé, entre outros objetos, que foram amplamente distribuídos, tornando a imagem da campanha. Mais tarde, percebendo o importante papel desempenhado pelas mulheres na campanha, produziram broches e camafeus com a inscrição: *Não sou uma mulher e uma irmã?* Como foi dito, a Sociedade foi muito bem-sucedida em ganhar e aproveitar o apoio da opinião pública à causa, que rapidamente se tornou um movimento de massas. Neste período o número de petições subiu de 60 mil para 400 mil assinaturas. A cobertura das notícias e debates sobre a abolição atingiu um pico em abril de 1792. Neste mesmo ano, a Câmara dos Comuns votou a aprovação da “abolição gradual”,²⁵ projeto proposto por Henry Dundas (1742-1811), secretário do Interior no governo William Pitt, mas a votação do projeto de lei foi postergada na Câmara dos Lordes.²⁶

Apesar do início promissor, com aprovação do projeto de lei de William Dolben para regular o número de africanos escravizados levados da África para as Índias Ocidentais,²⁷ se contados a partir da primeira petição em 1783, incluindo as duas grandes ondas de protesto público (1789-1792 e 1806-1807), levaram-se

²⁵ Henry Dundas utilizou o “*Esboço do Código Negro*” de Edmund Burke, escrito no primeiro semestre de 1780, (a 12 anos atrás), que tinha por objetivo abolir gradualmente o tráfico de escravos e a escravidão, paralelo a formação dos escravos para aprender as habilidades sociais e econômicas necessárias para a liberdade, aquisição de bens, e, portanto, de ser capaz de se sustentarem.

²⁶ DAVIS, David Brion. Op. Cit., p. 430.

²⁷ Depois de uma série de debates, o *Bill* Dolben recebeu aprovação real em julho de 1788. Foi chamada Lei Dolben, e limitou o número de escravos que poderiam ser realizadas em um navio negreiro. Esta foi uma tentativa de melhorar as condições a bordo do navio para os africanos escravizados. Para se ter uma ideia, um navio negreiro de Liverpool, transportava mais de 600 escravos, em uma viagem. Sob a nova lei este navio teria que transportar cerca de 300 escravos. O projeto de Dolben foi inspirado por Thomas Clarkson, que havia elaborado um plano do navio negreiro Brooks, em que representava graficamente, as 16 polegadas (40 centímetros), atribuídos a cada pessoa. Este plano foi enviado a todos os membros da Câmara dos Comuns e Lordes pelo Comitê de Londres, que estavam fazendo lobby para debate mais aprofundado. Também foi distribuído em todo o país onde teve um grande impacto.

mais de vinte anos para convencer o Parlamento a abolir o comércio de escravos. Wilberforce, apesar de ter como poderoso aliado e amigo, o primeiro-ministro William Pitt e o apoio de outros importantes oradores como Edmund Burke e Charles James Fox, durante quinze anos apresentou vários projetos similares, que foram sucessivamente derrotados. A motivação financeira por trás do comércio de escravos não era segredo. O Império Britânico havia florescido nele e pessoas politicamente influentes, incluindo muitos cristãos que haviam feito suas fortunas com o tráfico e não iam desistir tão facilmente.

Assim, os defensores do comércio de escravos responderam na mesma moeda, e durante as décadas de 1780 e 1790, cada lado emitiu uma enxurrada de panfletos e diversos discursos no parlamento, na tentativa de influenciar a opinião pública. O *lobby* pró-escravista (dos *planters* das Índias Ocidentais) e dos indivíduos que direta ou indiretamente lucravam com o comércio de escravos, apresentaram uma série de argumentos para defender o comércio e demonstrar a importância dele para a Grã-Bretanha. Levaram para o centro dos debates duas grandes preocupações econômicas: (i) o comércio de africanos era necessário para o sucesso e a riqueza da Grã-Bretanha. A falta dele poderia levar à ruína e provocar um colapso na economia e a abolição levaria à perda da *British West* ilhas indianas para os franceses ou norte-americanos. (ii) a outra se devia ao fato de que se a Grã-Bretanha abandonasse o comércio de escravos com a África, os seus rivais comerciais (franceses e holandeses), logo preencheriam a lacuna e os africanos estariam em uma situação muito pior. Já que as colônias necessitavam ser cultivadas, e isso só poderia ser feito por africanos, era preferível que estes trabalhadores fossem fornecidos pelos navios britânicos, do que comprados de comerciantes franceses, holandeses ou dinamarqueses.

Não menos importante do que as questões econômicas era a condição moral dos escravos. Vale lembrar que os filósofos ingleses da liberdade, Thomas Hobbes e John Locke, paradoxalmente aceitavam a escravidão e viam-na compatível com a noção de livre-arbítrio. Consideravam os africanos prisioneiros de guerra, que foram derrotados em uma luta de poder com um estado dominante, para justificar o caráter legal e moral da escravidão pelos europeus. Portanto, para os defensores do tráfico, os africanos já escravizavam entre si. Na verdade, a Grã-Bretanha estava

envolvida em uma troca moral, pois o tráfico era uma forma de ajudar os africanos capturados que poderiam ser executados de outra forma. Para eles, as sociedades e culturas africanas eram desqualificadas, sem instrução e selvagens. Outro forte argumento era de que os escravos africanos eram muito mais bem tratados do que os trabalhadores das indústrias britânicas e, ao contrário das pessoas pobres na Grã-Bretanha, eram mais bem alimentados e dispunham de alojamento. De acordo com Michael Renwick Sergeant, um comerciante de Liverpool, “os negros em uma plantação bem regulamentada, sob a proteção de um gentil senhor, gozam de tão grandes, ou vantagens ainda maiores, do que quando sob seus próprios governos despóticos”.²⁸ Os apoiantes pró-escravista chegaram a afirmar que africanos eram impróprios para outro tipo de trabalho. Por fim, também utilizaram a Bíblia para sugerir que o comércio de escravos era tolerado e aprovado por Deus desde os dias de Abraão. Em relação ao transporte dos africanos nos navios negreiros, questão que mais comoveu a opinião pública, afirmaram que pessoas escravizadas não eram maltratadas a menos que se rebelassem, e as condições dos navios negreiros eram aceitáveis. Em suma, do ponto de vista religioso, moral, político e comercial, a escravidão era legal. Assim, os envolvidos no tráfico, os comerciantes, os capitães dos navios e fazendeiros, forneceram ao Parlamento várias evidências e justificativas para manter o comércio, inclusive com apresentação de contra-petições em 1789, apesar do número de assinaturas ser muito menor, se comparado com as dos abolicionistas.

Por seu lado, a Sociedade antiescravista buscou rebater publicamente as afirmações do *lobby* pró-escravista, fornecendo provas para refutar todos os seus argumentos. Em relação às questões econômicas, as evidências coletadas por Thomas Clarkson durante as suas viagens, foram largamente utilizadas para demonstrar que havia alternativas para o comércio.²⁹ Entretanto, a religião foi a preocupação central e o argumento mais contundente utilizado pelos abolicionistas, que consideravam moralmente errado a Grã-Bretanha, um país cristão, se ver envolvido no comércio de escravos. Outros argumentos foram

²⁸ *A história da British West Indies* (publicada em 1819).

²⁹ Em suas viagens, Clarkson visitou os portos ingleses ligados ao tráfico da escravatura. Seu estudo resultou numa obra *An Essay on the Impolicy of the African Slave Trade*, publicada em Londres em 1789.

utilizados para contrapor os anti-abolicionistas, tais como a crueldade do comércio, o sofrimento dos africanos e as terríveis condições nos navios, as estatísticas das taxas de reposição, a expectativa de vida dos escravos nas plantações (incrivelmente baixa) e o prejuízo deste comércio para a África. No que diz respeito à inferioridade racial, argumentaram e comprovaram que os africanos não eram inferiores e deveriam ser tratados como iguais.³⁰

Devido a grande divulgação das ideias abolicionistas, poucas pessoas que vivessem na Inglaterra nesta época, poderiam ter permanecido indiferentes ao debate que mobilizou a opinião pública britânica. O *Correio Braziliense*, periódico editado em Londres, por Hipólito da Costa, para fugir da censura em Portugal, dá-nos conta deste fenômeno. No entanto, por algum tempo eventos como a revolta dos escravos em massa na colônia francesa de São Domingos (1791), a revolta jacobina na França (1791) e a guerra com a França, que eclodiu em 1793, enfraqueceram a causa abolicionista. Embora a opinião pública estivesse plenamente a favor da abolição do tráfico, os comitês e organizações foram considerados suspeitos de sedição. Na imprensa, a luta contra os revolucionários se tornou mais importante do que o tema abolicionista e o transporte dos negros. Durante esse período, a batalha pró-abolição passou a ser travada quase que exclusivamente dentro do parlamento. Wilberforce seguiu em frente sozinho, pois a guerra com a França também havia envolvido a atenção total dos seus principais apoiantes políticos, Fox, Burke e Pitt. No entanto, a difícil e solitária luta de Wilberforce não estaria longe de terminar. As forças britânicas ocuparam dois territórios franceses da Guiana (costa norte da América do Sul e a ilha caribenha de Trinidad). Quando o governo britânico propôs a importar escravos para

³⁰ O professor Anthony Benezet, através de suas experiências, adquirida durante os vinte anos ensinando crianças negras, em sua escola na Filadélfia, provou que os africanos eram intelectualmente capazes. No entanto, o testemunho mais eloquente contra as ideias de inferioridade veio dos ex-escravos convertidos ao cristianismo. Os livros e discursos de escritores africanos da época: Olaudah Equiano, Phyllis Wheatley, Ottobah Cugoana e James Gronniosaw, produziram grande impacto para dissipar tais concepções erradas. O ex-escravo Olaudah Equiano se tornou um dos abolicionistas mais influentes da Grã-Bretanha, depois de publicar a história da sua vida em 1789. O livro começou com uma petição ao Parlamento e terminou com uma carta anti-escravidão para a rainha, fez dele uma ferramenta muito eficaz para campanha. Seu livro foi reimpresso muitas vezes e traduzido em vários idiomas (GREEN, James Green. The publishing history of Olaudah Equiano's interesting narrative". *Slavery & Abolition*, London, v. 16, n. 3, p. 362-375, dec. 1995. p. 16).

desenvolver plantações de açúcar nestes territórios, os plantadores das Índias Ocidentais e dos Estados Unidos ficaram preocupados com a competição que elas iriam apresentar e decidiram apoiar a abolição do tráfico Atlântico de escravos.

Uma série de outros eventos criou um ambiente mais favorável ao abolicionismo, tais como: o desaparecimento dos temores do radicalismo, o declínio das indústrias de açúcar e do comércio de escravos³¹ e o fracasso da expedição inglesa para tentar reconquistar São Domingos. Por outro lado, a revolta dos escravos em São Domingos, que levou à libertação de meio milhão de escravos e culminou na criação da República do Haiti em 1804, inspirou outras insurreições em todo o Caribe, colocando em risco todo o sistema colonial. Além de todos estes eventos citados, por volta de 1805, muitas das possessões francesas e holandesas nas Índias Ocidentais haviam caído em mãos britânicas, removendo assim o medo da concorrência que havia dominado grande parte do pensamento dos comerciantes e plantadores das Índias Ocidentais.

Mesmo com o clima favorável, no ano de 1805, a lei da abolição falhou no Parlamento, pela décima primeira vez. O Comitê de Londres decidiu renovar a pressão, e Thomas Clarkson empenhou-se numa excursão aos comitês de todo o país, com objetivo de conseguir novamente o apoio da opinião pública, para a segunda grande campanha de petições. Assim, sob pressão o governo britânico, decretou neste mesmo ano a proibição do tráfico para as colônias recentemente conquistadas. Em 1806, as seguradoras inglesas foram proibidas de participarem no tráfico. Finalmente em fevereiro de 1807, o projeto de lei, o *Abolition Act*, declarando ilegal o envolvimento de todo súdito britânico no tráfico de escravos a partir de 1º de janeiro de 1808, foi aprovado nas duas Câmaras. Desta vez não houve petições opostas. Muitos membros opositoristas admitiram que se sentiam pressionados pelo ódio generalizado que o comércio de escravos assumiu na opinião pública britânica. No dia 25 de março 1807, o *Bill* recebeu aprovação real.

No mesmo ano de 1807, do outro lado do Atlântico, também passava a legislação federal dos Estados Unidos, o *Slave Importation Prohibition Act*, proibindo totalmente o tráfico de escravos pelos norte-americanos. A lei entraria

³¹ WILLIAMS, Eric. Op. Cit.; MANCHESTER, Alan. **Proeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

em vigor a partir de 1º de janeiro de 1808. Assim como em Inglaterra, a opinião pública foi fundamental no processo. Através dos periódicos e sociedades, os norte-americanos empreenderam uma grande campanha para abolição do tráfico, sobretudo no norte do país. Entretanto nos Estados Unidos, nação onde emergiram as primeiras ideias abolicionistas, as leis proibindo o tráfico e a escravidão já vinham desenvolvendo gradualmente, em âmbito estadual, ainda durante a Guerra de Independência. Em 1794, o *Act to Prohibit the Carrying on the Slave Trade from the United States to Any Foreign Place or Country*, tornou ilegal comércio de escravos para outras regiões, realizados por norte-americanos ou estrangeiros vivendo no país. A lei estipulava ainda uma multa de dois mil dólares para qualquer embarcação envolvida no tráfico e duzentos dólares para cada escravo encontrado a bordo. Em 1800, uma nova lei fortaleceu o Ato de 1794, permitindo a fiscalização de embarcações suspeitas por navios norte-americanos comissionados.

A despeito do “pioneirismo” norte-americano na abolição do tráfico de africanos, o fim do tráfico nos Estados Unidos só se daria de fato em 1862, ou seja, mais de meio século depois, com a cessão norte-americana do direito de visita, quando no contexto da Guerra Civil, Abraham Lincoln estabeleceu o Tratado *Lyons-Seward*. A lei de 1807 não passou de “letra morta”, em um curto espaço de tempo, os negreiros retornaram as atividades.³² Segundo Graden,³³ as diversas leis aprovadas naquele país “pouco serviram para desestimular o comércio transatlântico de escravos ao longo de sua costa leste”.

Na Grã-Bretanha a abolição do tráfico Atlântico de escravos foi apenas o início e não o fim da história. Vencida a primeira etapa, os abolicionistas visaram o objetivo final que era o fim da escravidão em todo o Império Britânico. No entanto foram preciso mais vinte e seis anos de campanhas, para que a escravidão fosse abolida em 1833.³⁴ Uma medida que não foi radical, nem imediata, pois previa um

³² DUBOIS, W. E. B. **The Suppression of the African Slave-Trade to the United States of America, 1638-1870**. New York: Longmans, Green and Co., 1896.

³³ GRADEN, D. T. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 35, p. 9-35, 2007. p. 33-34.

³⁴ A abolição parcial da escravidão começou em 1823.

período de transição de sete anos antes da liberdade definitiva. Nos Estados Unidos, a emancipação total só seria alcançada em 1865.

Abolicionismo francês: do calor da anarquia revolucionária ao abolicionismo lento e difícil

Na França, apesar do movimento para a abolição do comércio Atlântico de escravos ter sido fortemente inspirado e influenciado pelo movimento britânico, o processo abolicionista francês foi muito diferente do modelo inglês. A França aboliu o tráfico e a escravidão por quatro vezes. A primeira, em 1794 quando a Convenção de Paris declarou a emancipação dos escravos nas colônias francesas, treze anos antes da abolição do tráfico britânico, sem apelo público, sem debates e apenas sob a pressão da insurreição dos escravos em São Domingos (1791). Essa emancipação foi, contudo, revogada e a escravatura reintroduzida por Napoleão Bonaparte em 1802. A segunda foi em março de 1815, quando pouco antes de sua queda, Napoleão decretou a abolição imediata do tráfico de escravos nos portos franceses e nas colônias. Todavia permaneceu como letra morta após a restauração da monarquia. Em março de 1818, o tráfico de africanos foi declarado ilegal na França, mas apenas converteu em um comércio clandestino. Somente em 1848 é que a escravatura será finalmente abolida em todo território francês.

Não obstante, medir o estado da opinião pública francesa sobre as questões da abolição do comércio de escravos e da escravidão é um exercício historiográfico que envolve debates, divididos em vários momentos políticos e num contexto metropolitano extremamente polarizado e desequilibrado, entre os favoráveis (maioria) e os contrários ao tráfico de escravos e à escravidão.

O início do tráfico francês de escravos e do comércio triangular entre a França, África e as Antilhas foi tardio (século XVII) mas progressivo, atingindo seu pico no século XVIII. Até os meados do século XVIII, a crítica à escravidão fora feita por um pequeno número de pensadores, como Bodin, Le Clerc e Bernard, cujas ideias não chegaram a ser desenvolvidas e tão pouco assumiram caráter público. Ocorre que no período auge do tráfico, enquanto a Grã-Bretanha havia rompido com o absolutismo no século XVII, a França, durante quase todo o século XVIII, permaneceu absolutista. Neste regime político, não havia liberdade política e

jornais deste tipo não eram permitidos pela censura real. Apesar do grande número de periódicos e revistas publicados a partir de meados do século XVIII, as suas atenções estavam voltadas para a crítica estética e literária. O primeiro e único jornal político em circulação era o *La Gazette*,³⁵ mas só noticiava acontecimentos que interessavam à monarquia. Portanto entre os franceses, havia pouco envolvimento político. Condição que só irá mudar, com a crise do Antigo Regime.

Do ponto de vista econômico, o grande desenvolvimento das colônias nas Antilhas dependente da força de trabalho escravo, inviabilizava qualquer iniciativa de por fim ao sistema escravista, especialmente pelo fato de que as rendas provenientes dessas colônias eram importantes fontes de receita para a Monarquia. Em 1767 as colônias francesas ultrapassaram as britânicas na produção de açúcar. A ilha de São Domingos, colonizada a partir da década de 1660, com 2.000 escravos, em 1740, havia se tornado a maior produtora de açúcar do império francês. Em 1790 era responsável por quase a metade da produção mundial de café e cerca de um terço do açúcar fabricado no mundo. Além de maior produtora mundial destes produtos, foi também o principal destino do tráfico negreiro durante a segunda metade do século XVIII. No final da década de 1790, São Domingos contava com uma população de 460.000 escravos. Não era apenas a maior população escrava, representava cerca da metade de um milhão de escravos, comercializados em todas as colônias do Caribe.³⁶ Durante os reinados de Luís XV e Luís XVI, o sistema de comércio triangular de escravos propiciou o desenvolvimento das indústrias francesas, que por sua vez, levou ao surgimento de importantes centros comerciais como os de Nantes e Bordeaux, além a criar uma sólida classe de comerciantes.³⁷ Petré-Grenouilleau,³⁸ reconheceu a cidade de

³⁵ *La Gazette*, fundado por Theophraste Renaudot, foi o primeiro jornal semanal publicado na França. O primeiro número saiu à luz em 30 de maio de 1631. Tornou-se progressivamente o portavoz da monarquia francesa. Em 1762, mudou de nome para *Gazette de France*, com o sub título *Organe officiel du governo real* (órgão oficial do real). *La Gazette* permaneceu em silêncio sobre o nascimento a revolução. Sequer mencionou a tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789, limitando-se a expor os atos de governo. Em maio de 1792, *La Gazette* tornou-se uma revista diária. Após a execução de Luís XVI, em 21 de janeiro de 1793, foi rebatizado *Diário Nationale de France*, contudo seus artigos permaneceram prudentes e imparciais.

³⁶ KLEIN, Herbert. Op. Cit., p. 33.

³⁷ STEIN, Robert Louis. **O comércio francês no século XVIII: um negócio Antigo Regime**. Madison: University of Wisconsin, 1979.; BOULLE, Pierre. Op. Cit.

Nantes como capital francesa do tráfico de escravos, permanecendo até finais do século XIX, como seu principal comércio. Para este autor, o tráfico de africanos é sinônimo de prosperidade para Nantes, com negreiros poderosos e influentes na corte e na política francesa. Embora Nantes fosse de longe o principal porto de escravos da França, havia outros portos importantes para o comércio negreiro, como os de Bordeaux, Le Havre, La Rochelle e Saint-Malo.

Por outro lado, durante séculos, as realidades da escravidão e do tráfico foram mantidas à distância da Metrópole, pela Lei da Terra. Ou seja, desde 1571, era proibido praticar a escravidão na França. Cada escravo que desembarcava na costa francesa era libertado automaticamente. Os agricultores não levavam seus servos negros quando iam para a França. Portanto somente o Estado reconhecia a realidade do tráfico e da escravidão. O Código Negro ordenado por Colbert em 1685, é uma prova disso. Ou seja, o público metropolitano não era informado e mantinha muito longe da realidade sombria da escravidão.

Somente a partir de meados do século XVIII, é que a escravidão começou a se destacar na Metrópole. Com a morte de Luís XIV em 1715, no ano seguinte (1716), foi permitido aos colonos levar seus escravos para a França sem perder seus direitos sobre eles. Assim, os negros começaram a se tornar mais numerosos em Paris, Bordeaux, Nantes e Marseille. Esta situação despertou a atenção dos filósofos, especialmente Voltaire, Montesquieu, Diderot, Chevalier de Jaucourt e Rousseau. Apesar de suas obras não estarem livres de contradições, foram eles os primeiros a denunciar o opróprio da escravidão, a chamar atenção para o enriquecimento dos agricultores de São Domingos e para as crueldades perpetradas nas colônias, onde o homem perdia toda a sua dignidade.

Os filósofos franceses desenvolveram seus escritos, evidenciando a desigualdade com base na raça e na imoralidade de privar outras pessoas da sua liberdade. Acreditavam que a escravidão corrompia a civilização e era degradante para quem a praticava. Diferentemente dos britânicos e norte-americanos que priorizaram a moral, a benevolência e a doutrina religiosa, os filósofos franceses atacaram o sistema escravista, baseados na razão e nas leis da natureza. Apesar de

³⁸ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **Nantes au temps de la traite des Noirs**. Paris: Hachette, 1998.

bem fundamentados e de difundirem suas ideias no principal veículo de divulgação do Iluminismo, a *Encyclopédia*, tiveram pouco impacto na opinião pública e na política francesa. Ao demonstrarem indignação, estes pensadores não tiveram nenhum destaque durante o século XVIII, pois a iluminação, apesar de alertar o público, era contrária aos interesses comerciais dos colonos.

Neste ambiente muito pouco receptivo para as ideias abolicionistas, a obra mais provocadora foi a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*, escrita pelo fisiocrata abade Guillaume-Thomas Raynal (1711-1796) e publicada anonimamente em Amsterdã no ano de 1770. Antes de ser aumentada por Diderot, é considerada o primeiro clássico do abolicionismo francês. Em seus escritos, Raynal condenou a política colonial e comercial da maioria dos países europeus, viu a escravidão como contrária à natureza humana, refutou as razões dadas em apoio à escravidão³⁹ e convidou os monarcas da Europa a abolir o tráfico de escravos. Além de condenar o tráfico de escravos e a prática da escravidão, previu a iminente revolta dos escravos contra seus senhores. Ao responder aos defensores do tráfico humano e da escravidão, Raynal, como fisiocrata que era, utilizou como argumento, as questões econômicas, incluindo a baixa rentabilidade da escravidão. A denúncia indignada sobre a colonização e a escravidão do abade Raynal, gerou grande polêmica na França. A coroa imediatamente proibiu a venda do livro, alegando que ele continha “proposições insolentes, perigosas e contrárias aos bons costumes” e condenou Raynal ao exílio. Uma assembleia de clero francês considerou-o um ultraje à religião, também exigiu a proibição do livro e colocou-o no *Ídex* da Igreja Católica.

Somente no início de 1788, durante o período revolucionário, é que foi fundado em Paris o primeiro movimento abolicionista francês, *Société des Amis des*

³⁹ A partir do início do século, a origem da cor preta, foi tema de debates científicos, motivado por interesses ideológicos, segundo os quais, os negros formavam uma espécie separada. Procuravam oferecer uma resposta aos autores tentaram justificar escravidão, por motivos econômicos, mas também por outras razões, como por exemplo: afirmavam que os negros estavam melhores nas colônias do que na África, onde eram escravos de seus reis e, portanto, a compra era uma ação correta. Lembraram ainda, que os africanos eram condenados à morte em seu próprio país. Portanto, suas vidas eram salvas através da compra.

Noirs, seguindo o modelo de Londres.⁴⁰ Seus principais líderes eram figuras proeminentes, como Condorcet, Lavoisier, Jacques-Pierre Brissot, Honoré Mirabeau, Etienne Clavière, Louis-Alexandre de La Rochefoucauld, Jérôme Petion, além do abade Grégoire e do teólogo protestante Benjamin Sigismond Frossard. Este último, escreveu em 1789, *A causa de escravos negros e pessoas de Guiné fez o Tribunal de Justiça, de religião, de políticas ou a história do comércio de escravos e a escravidão de negros prova de sua ilegitimidade; Meios para suprimi-las sem prejudicar ou a assentamentos ou colonos*. O livro de dois volumes, contendo 770 páginas, serviu como argumento básico para os *Amis des Noirs*. Por sua vez, Condorcet também tentou em seus escritos, provocar no leitor a compaixão para com os escravos e desprezo para com os adeptos da escravidão. Instou a França a seguir o exemplo da América, que havia estabelecido uma data final para o tráfico de escravos, e onde muitos aguardam com expectativa o dia em que a escravidão americana iria morrer de morte natural.

Seguindo o exemplo britânico, os abolicionistas franceses iniciaram a campanha nacional agindo simultaneamente na Assembleia Nacional e na opinião pública, publicando periódicos, livros, opúsculos e panfletos. Além da publicação de obras como as *Reflexions sur l'esclavage des nègres*, de Condorcet e a *Memoire sur les noirs de L'Amérique Septentrionale*, de Brissot e dos panfletos ingleses traduzidos para o francês, o mais importante veículo de divulgação da causa abolicionista foi o periódico *Patriote Français*, editado entre 1789 e 1793.⁴¹ Outra forte influência inglesa pode ser percebida até mesmo na confecção do selo da Sociedade dos Amigos dos Negros, copiado do famoso medalhão britânico com o escravo algemado e de ajoelhado interrogando: “*Ne suis je pas ton frère?*” Em vez da versão inglesa: “Eu não sou um homem e seu irmão?”

Entretanto, a *Société des Amis des Noirs* não teve grande adesão pública. Ao contrário do movimento britânico, era separada das massas, tinha um caráter elitista e a tendência a concentrar a suas atividades no Parlamento. Apesar de

⁴⁰ Brissot viajou para a Inglaterra, onde se tornou muito próximo do comitê abolicionista de Londres. Inspirou-se nele para criar um grupo similar na França. Do mesmo modo, Thomas Clarkson, o grande abolicionista britânico, fez longas estadas na França e manteve uma correspondência frequente com os “Amigos dos Negros”, no sentido de ajudar o movimento francês.

⁴¹ O ensaio de Condorcet, a Memória de Brissot e o periódico *Patriote Français*, estão disponíveis no site <<http://gallica.bnf.fr/>>.

tentar mobilizar a opinião pública através da imprensa, seus membros não passaram 150 pessoas. Por outro lado, enquanto os abolicionistas britânicos decidiram pela estratégia de concentrar seus ataques especificamente ao tráfico de escravos, os abolicionistas franceses discutiam planos para a abolição gradual da escravatura, o fim do tráfico e a concessão de direitos civis para aos homens de cor livres educados das colônias. Ao contrário dos britânicos, os franceses creditavam que o tráfico desapareceria depois de erradicada a escravidão. Por isso a causa abolicionista francesa sofreu forte resistência tanto na Assembleia Nacional, como na opinião pública. Um grupo de *lobby* financiado e apoiado pelos proprietários de plantações, o *Massiac Club*, espalhou a propaganda pró-escravidão e conseguiu da Assembleia Nacional a garantia de que nenhuma mudança seria feita no sistema escravista, sem o consentimento dos brancos nas colônias. Os negreiros de Nantes e proprietários de escravos denunciaram violentamente a *Société des Amis des Noirs*, acusando-a de provocar agitações entre os escravos e nas populações livres de cor nas colônias.

Quando a Assembleia Constituinte assumiu, em março 1790, longe de cercar o tráfico e a escravidão, simplesmente passou um decreto: “quem trabalha para excitar levantes contra os colonos será declarado um inimigo do povo.” O Clube dos Jacobinos e a Assembleia alegavam que cinco milhões de franceses dependiam do comércio colonial para a sua subsistência. Tanto o tráfico de africanos, como a escravidão nas Índias Ocidentais eram essenciais para a prosperidade da França. Entretanto, a revolução progrediu na França e os membros da Sociedade foram cada vez mais dominados por elementos revolucionários, ligados aos girondinos. No período de ascensão do “Terror”, vários deles foram guilhotinados, Condorcet foi preso e cometeu suicídio na prisão, enquanto outros membros se dispersaram.

Em 4 de fevereiro de 1794, a Convenção Nacional deu um passo decisivo: a França se tornou o primeiro país europeu a proibir oficialmente a escravidão em todas as suas colônias. Apesar da medida representar um grande avanço para o movimento abolicionista, não foi aprovada por motivos idealistas. Os britânicos haviam capturado a Martinica, estavam prontos para assumir Guadalupe e ameaçavam conquistar São Domingos, onde os escravos já

havam se rebelado e tomado a ilha. Portanto a França não tinha quase nada a perder por conceder a abolição do tráfico e da escravidão no Caribe. Por outro lado, o decreto abolicionista nunca chegou a ser aplicado nas duas pequenas colônias francesas de escravos no Oceano Índico, que não foram ameaçadas pelos britânicos. Na verdade, alguns revolucionários esperavam que o anúncio da abolição incitasse a revolta de escravos nas colônias inglesas, ajudando a França em sua guerra contra a Inglaterra.

Não obstante, a República engajou numa propaganda real, defendendo a liberdade para os negros como uma ação humanista. Entretanto, a *Société des Amis des Noirs* não desempenhou nenhum papel significativo nesta primeira emancipação, pois foi sufocada pela radicalidade da Revolução e não conseguiu reunir uma quantidade de políticos significativos para as suas causas. A Declaração dos Direitos do Homem, de agosto de 1789 que declarou: “Os homens nascem livres e são iguais perante a lei”, não atingiu os milhões de escravos. A única vitória da *Société des Amis des Noirs*, foi a votação da lei de 04 de abril de 1792, que deu plenos direitos às pessoas de “cor livres” nas colônias.⁴² Em suma, a Convenção de fevereiro de 1794 foi apenas o reconhecimento de um fato consumado, causado pela revolta dos escravos em São Domingos.

A partir de 1797, outro grupo semelhante foi formado, sob o nome de “Sociedade dos Amigos dos Negros e das Colônias”, com o objetivo de defender o estatuto colonial adquirido. Esta organização foi liderada pelos poucos sobreviventes da primeira sociedade, como o abade Grégoire, François Lanthenais, o pastor Benjamin Sigismond Frossard e o eminente economista Jean-Baptiste Say. Mas a liberdade para nas colônias foi ameaçada pela crescente influência do *lobby* colonial, que defendeu a volta do trabalho forçado. Com a chegada de Napoleão, a escravidão foi restaurada em 1802. A tendência se inverteu dramaticamente e a Sociedade dos Amigos dos Negros e das Colônias foi dissolvida. Napoleão não conseguiu reconquistar São Domingos, mas conseguiu remover o último vestígio abolicionista francês. O fracasso da reconquista de São Domingos e a publicidade dada aos massacres de brancos geraram grande antipatia para a causa dos negros

⁴² Nas colônias de escravos francesas, as crianças mestiças eram emancipadas, criando uma classe de “cor livres” que correspondia a cerca de 28.000 pessoas em 1789.

na França. Os partidários da escravidão e do tráfico ganharam a batalha e durante a Era Napoleônica, várias publicações defenderam os interesses coloniais e criaram uma forte oposição a qualquer tentativa abolicionista.

Até 1815, a forte censura impediu a liberação de qualquer literatura abolicionista. Somente abade Grégoire, abolicionista ávido, ousou ir além de observações discretas e insinuações. Seus escritos publicados em 1808 foram tolerados e até protegidos pelo seu velho amigo Joseph Fouché, Ministro da Polícia de Napoleão. Contudo, em 1810, ao publicar outro livro criticando a escravidão, as autoridades apreenderam e destruíram todas as cópias. Quando a abolição do tráfico de africanos foi decretada pelos britânicos, em 1808, os franceses não puderam comemorar a decisão. Pelo contrário, a imprensa francesa criticou os britânicos por usar a moralidade e a filantropia como um disfarce, para o seu suposto desejo de governar o mundo. Em suma, nenhum abolicionista podia agir livremente em solo francês sob Napoleão.

Não obstante, depois da abdicação de Napoleão, pelo Tratado de Paris (1814), a França se comprometeu em abolir o tráfico e imediatamente ao Norte do Cabo Formoso e em cinco anos em todas as colônias. Ao retornar da ilha de Elba, Napoleão decretou o fim do tráfico em 29 de março de 1815, não por razões humanitárias, mas como uma tentativa de conciliar-se com a Grã-Bretanha. Entretanto o decreto não passou de letra morta. Depois de restaurada a monarquia Luís XVIII continuou a desprezar a abolição, identificando-a com o republicanismo e como uma forma de apoio aos ingleses. Mesmo cedendo às pressões da Inglaterra durante o Congresso de Viena, para restringir o tráfico internacional de africanos, Luís XVIII recusou a compensação em dinheiro ou uma ilha nas Índias Ocidentais oferecida pelo governo inglês, para a imediata extinção do tráfico.

Apesar do movimento abolicionista francês, não ter sido bem-sucedido como o movimento britânico, criou raízes em Paris. A admiração aos abolicionistas ingleses, fez aumentar a ideia de moral cristã e o oculto ao *le bon Nègre*, fazendo a circular petições e panfletos. Entretanto, proeminentes escritores franceses se opuseram à mudança, através de rigorosas críticas racistas contra os africanos. Somente quando o duque de Broglie tornou Primeiro-Ministro, levou ao governo

simpatias e opiniões abolicionistas.⁴³ Em 1817 o governo francês publicou um decreto restringindo o comércio de escravos para as colônias francesas. No ano seguinte, março de 1818, o tráfico de africanos foi finalmente declarado ilegal na França. Mas apenas converteu em um comércio clandestino. Os comerciantes e empreendedores de Nantes e Bordeaux simplesmente mudaram seus destinos para Cuba, no lugar dos espanhóis.⁴⁴ O caso mais escandaloso aconteceu em 1820, quando um cruzador britânico na perseguição a um navio negreiro francês, *La Jeune Estele*, o capitão ao perceber que seria alcançado começou a atirar barris no mar. Em cada um deles havia escravos com idades entre 12 e 14 anos. A opinião pública na Grã-Bretanha ficou chocada, mas na França a opinião pública culpou os britânicos.

Não obstante, somente em 1831, sob o governo de Louis-Philippe, é que comércio de escravos foi considerado um crime e imposta uma punição.⁴⁵ Mesmo assim, a convenção anglo-francesa de novembro de 1831 e o aditivo de março de 1833, deixou uma abertura para os comerciantes franceses de escravos, por não incluir a costa oriental da África, onde o comércio era considerável. Apesar dos esforços da Sociedade Francesa para a Abolição da Escravatura, fundada em 1834, por proeminentes políticos partidários de Louis-Philippe: duque de Broglie, Montalembert, Remusat, Gasparin, Guisot, Tocqueville, entre outros, que procuraram combater a escravatura não só no plano iluminista, mas também econômico, Nantes, até finais da década de 1830, ainda mantinha 80 navios empregados no tráfico de africanos. Por outro lado, os oficiais franceses expulsos da Marinha depois da Restauração também se envolveram no tráfico de

⁴³ SCHMIDT, Nelly. **Abolitionnistes de l'esclavage et réformateurs des colonies: 1820-1851 analyse et documents**. Paris: Karthala, 2000.

⁴⁴ A assinatura do tratado anglo-espanhol em 23 de setembro de 1817, determinou a abolição total do tráfico de escravos em todos os domínios espanhóis, a partir de 20 de maio de 1820. *Tratado entre Su Majestad el Rey de España y de las Indias y Su Magestad el Rey del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda, para la abolición del trafico de negros (1817)*. Edición facsimilar. México: Rolston - Bains, 1983.

⁴⁵ Entre 1815 e 1830, o tráfico ilegal francês mobilizou 729 expedições negreiras para as costas Oeste e Leste da África. Mas quando se tornou evidente que tais operações não constavam mais do balanço social e financeiro dos portos, o governo assinou uma convenção de visita recíproca. Outra razão foi o fato da monarquia oriunda da revolução de 1830 ter tido interesse em se reconciliar com a Inglaterra (DARGET, Serge. A abolição do tráfico de escravos. In: AJAYI, J. F. A de. (Ed.). **História Geral da África, vol. VI – África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 81-82).

africanos. Seus ex-companheiros ainda na frota, faziam vista grossa às suas atividades, ou eram facilmente subornados para fazê-lo. O *Morning Chronicle*, periódico inglês, ao noticiar a proteção de dois navios de guerra franceses, *La Fine* e *La Cigale*, ao comboio de navio mercante francês que negociava escravos na costa do Senegal, lamentou: “Confessamos que muito nos penaliza o ver uma Nação tão civilizada como a Francesa, movida pelos desejos do interesse comercial, tornar-se criminosa deste odioso delito”.⁴⁶

Em 1841, o acordo entre a Inglaterra e a França que permitia cruzadores britânicos inspecionarem todos os navios franceses suspeitos de tráfico, foi vetado na Câmara de Paris. A justificativa foi a defesa do patrimônio e da integridade nacional. Entre os mais hesitantes estava Alexis de Tocqueville.⁴⁷ Ou seja, Relator da Comissão na Câmara dos Deputados, Tocqueville, apesar de abolicionista, deixou prevalecer a sua preocupação com as consequências econômicas. Enfim, esta atitude de não ratificar o tratado do direito de visita foi muito comentada pelos jornais ingleses, *The Times*, *The Morning Post* e *Morning Chronicle*. O *The Morning Post* escreveu: “As nossas reclamações contra a França são evidentes [...] tínhamos concluído um tratado com a França para supressão do tráfico da escravatura, porém quando chegou o memento, aquele país negou-se a isso”.⁴⁸

Em 1845, as relações anglo-francesas na questão do tráfico de escravos, estavam tensas e à beira de uma guerra. Todavia, neste mesmo ano, através de um tratado, a França terminou por comprometer-se a manter pelo menos 26 cruzadores ao longo da costa africana para colaborar com a Grã-Bretanha. Três anos depois, estimulada por levantes de escravos nas colônias e motivada pela campanha abolicionista empreendida por Victor Schoelcher,⁴⁹ o tráfico e a escravidão foram finalmente abolidos em todas as colônias francesas em 27 de

⁴⁶ *Morning Chronicle* in: *O Nacional*, 8 de abril de 1840.

⁴⁷ COHEN, B. Willian. **Français et Africain. Les noir dans le regard des blancs (1530-1880)**. Paris: Gallinard, 1981.

⁴⁸ *The Morning Post* in: *A Revolução de Setembro*, 22 de junho de 1842.

⁴⁹ Victor Schoelcher, abolicionista e Subsecretário de Estado, voltado especificamente para as colônias e medidas relativas à abolição de escravidão. Em 1897, Schoelcher desenvolveu uma campanha contra a escravidão, sobretudo contra os abusos praticados pelos senhores de escravos na Martinica e Guadalupe, com a publicação da obra intitulada da “História da Escravidão”. No mesmo ano, Juntamente com a Sociedade Francesa para Abolição da Escravidão, escreveu uma petição para a imediata supressão da escravidão nas colônias francesas, que foi enviada a todos os parlamentares.

abril de 1848, pelo Governo Republicano Provisório. Em 1849, passou a legislação que concedia aos ex-proprietários de escravos uma compensação no valor de \$120 milhões de francos. Mesmo assim, não foi um fim definitivo. Entre 1850-1870, aproximadamente 18.400 africanos, foram levados para Antilhas Francesas ilegalmente, provavelmente por traficantes sediados em Cuba.⁵⁰

Considerações finais

A historiografia portuguesa e brasileira, apresenta como justificativa para a procrastinação luso-brasileira, a falta de ilustração e de uma opinião pública madura e consistente. Entretanto, ao passarmos em revista o processo de abolicionista inglês e francês, foi possível demonstrar: (i) que a opinião pública mesmo dividida entre os favoráveis e contrários à abolição do tráfico, criou as condições necessárias para a ascensão e êxito da supressão do tráfico transatlântico de africanos nos dois países; (ii) que as dificuldades e morosidades foram marcadas por intensos conflitos contraditórios incluindo as resistências no plano econômico e político de um lado, humanitário e filantrópico do outro.

Apesar da tentativa dos franceses em seguir o modelo do abolicionismo britânico, o processo abolicionista na França e Inglaterra, apresentou algumas diferenças significativas. Enquanto na França, o problema da escravidão entrou em cena no momento auge do Iluminismo gerando grandes discussões intelectuais baseadas na razão e nas leis da natureza, sem contudo mobilizar a opinião pública, na Inglaterra, a ideologia do Iluminismo britânico, o surgimento de grupos religiosos dissidentes do protestantismo e a liberdade de imprensa e de opinião, foram as características centrais do movimento abolicionista.

Embora muitos historiadores sejam céticos sobre essa interpretação idealista da abolição do tráfico transatlântico de escravos, preferindo enfatizar os aspectos econômicos e geopolíticos, outras variáveis, como: os fenômenos socioculturais, o papel da opinião pública e as resistências dos escravos às suas condições desumanas, sobretudo ocorridas em São Domingos, que fizeram um imenso eco, não podem ser negligenciadas e ainda estão abertas aos debates.

⁵⁰ THOMAS, Hugh. Op. Cit.

Referências

- BAYM, Nina. (Ed). **The Norton Anthology of American Literature**. 5 ed. New York: Norton, 1998. V. 1.
- BOULLE, Pierre. Marchandises de traite et développement industriel dans la France et l'Angleterre du XVIII siècle. **Société Française d'Histoire d'Outre-Mer**, "La traite des noirs par l'Atlantique. Nouvelles approches", t. 62, n. 226-227, p. 309-330, 1975.
- DARGET, Serge. A abolição do tráfico de escravos. *In*: AJAYI, J. F. A de. (Ed.). **História Geral da África, vol. VI – África do século XIX à década de 1880**. Brasília: UNESCO, 2010.
- DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823**. New York: Oxford University, 1999.
- DRESCHER, Seymour. **Abolição: Uma história da escravatura e antiescravismo**. São Paulo: UNESP, 2011.
- DUBOIS, W. E. B. **The Suppression of the African Slave-Trade to the United States of America, 1638-1870**. New York: Longmans, Green and Co., 1896.
- COHEN, B. Willian. **Français et Africain. Les noir dans le regard des blancs (1530-1880)**. Paris: Gallinard, 1981.
- CONN, Peter. **Literature in America**. Cambridge: Cambridge Up, 1989.
- GRADEN, D. T. O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 35, p. 9-35, 2007.
- GREEN, James Green. The publishing history of Olaudah Equiano's interesting narrative". **Slavery & Abolition**, London, v. 16, n. 3, p. 362-375, dec. 1995.
- INIKORI, Joseph E. **Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development**. Cambridge: Cambridge University, 2002.
- KLEIN, Herbert. A África na época do tráfico de escravos no Atlântico. *In*: DUARTE, Francisco A. M.; ROSSI, Elsie Ortega; SALES, José Tadeu de; BANKS, Mariane. (Trad. e Rev.). **O tráfico de escravos no Atlântico: novas abordagens para as Américas**. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004. p. IX-XXI; p. 47-73.

MANCHESTER, Alan. **Proeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MILLAR, John. **The origin of the distinction of ranks**. Londres: J. Murray, 1779.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. **Nantes au temps de la traite des Noirs**. Paris: Hachette, 1998.

THOMAS, Hugh. **The slave: the story of the Atlantic slave trade, 1440-1870**. New York: Touchstone, 1999.

SCHMIDT, Nelly. **Abolitionnistes de l'esclavage et réformateurs des colonies: 1820-1851 analyse et documents**. Paris: Karthala, 2000.

SEWALL, Samuel. **The Selling of Joseph: A Memorial**. Boston: Bartholomew Green and John Allen, 1700.

SHARP, Granville. **An Essay on Slavery**. Burlington: Issac Collins, 1773.

SMITH, Adam Smith. **A riqueza das nações - investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STEIN, Robert Louis. **O comércio francês no século XVIII: um negócio Antigo Regime**. Madison: University of Wisconsin, 1979.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self: a construção da identidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1997.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery**. Chapel Hill: The University of North Carolina, 1944.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua: Alameda do Café 322. Jardim Andere.
Varginha - Minas Gerais
CEP: 34026-400

Recebido: 10/05/2018
Aprovado: 20/12/2018